

## BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

### Relatório da Administração – Sistema BNDES 1º Semestre de 2015

#### Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

## I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o 1º semestre de 2015 foi caracterizado por uma série de fatores que ainda imputam alto grau de incerteza à economia global. As principais economias do mundo encontram-se em trajetórias divergentes no que tange ao nível de atividade. Com isso, as respostas em termos de política econômica tendem a ser não coordenadas, podendo, no curto prazo, levar a um novo período de desaceleração da economia mundial.

Enquanto o debate nos EUA gira em torno do momento adequado para começar o processo de normalização da política monetária – quando e em qual magnitude a elevação das taxas básicas de juros irá ocorrer –, o 1º semestre marcou, finalmente, o início do processo de *Quantitative Easing* (afrouxamento monetário) na Zona do Euro por parte do Banco Central Europeu. Enquanto o mercado de trabalho nos EUA apresenta recuperação acentuada, com queda da taxa de desemprego, na Zona do Euro a situação é bastante diferente. A estratégia de ajustamento recessivo assimétrico das economias mais fragilizadas, em um contexto de taxa nominal de câmbio fixa (em função da união monetária), tem como efeito colateral a forte queda do nível de atividade. Esse processo se reflete nos altos índices de desemprego da região, particularmente entre os mais jovens. A dificuldade de encontrar uma solução mais suave e compartilhada em termos de ajustamento macroeconômico fez com que a saída da Grécia da Zona do Euro se tornasse um cenário bastante provável no final do 1º semestre de 2015. Embora a hipótese de ruptura esteja, por ora, descartada, o acordo entre o país e os credores internacionais ainda está em curso.

No Japão, por sua vez, após o sucesso inicial do que se caracterizou como “Abenomics”, (política econômica do ministro Abe, ancorada em “três flechas”: i) política monetária ultra acomodatória; ii) consolidação fiscal no médio prazo e iii) reformas estruturais liberalizantes), a economia perdeu dinamismo e voltou a desacelerar. Problemas estruturais, como o envelhecimento populacional, baixa taxa de natalidade e baixo retorno de projetos de investimento são obstáculos à retomada da economia em perspectiva de médio e longo prazo.

Por fim, na China, a estratégia de *rebalancing* em seu modelo de crescimento – dos investimentos para o consumo das famílias – associada ao processo gradual de liberalização/internacionalização financeira e ao combate à corrupção, acarretou desaceleração (já esperada) na taxa de expansão da economia para algo em torno de 7,0%. O menor ritmo de crescimento da China tem implicações importantes para a dinâmica dos preços internacionais das commodities, que tiveram forte queda ao longo de todo 1º semestre de 2015, afetando sobretudo as economias emergentes exportadoras de produtos básicos, dentre as quais, o Brasil.

No cenário doméstico, a economia brasileira teve um 1º semestre de 2015 bastante difícil. A mudança de orientação na política econômica, seja no campo fiscal ou monetário/creditício, veio acompanhada de choques exógenos (a possibilidade de racionamento de energia que foi muito forte até o 1º trimestre de 2015 e os efeitos políticos da Operação Lava-Jato sobre o ambiente político) que propagaram incertezas sobre a economia e acabaram minando a confiança dos agentes domésticos.

Nesse sentido, pelo lado da oferta, a atividade industrial continuou, assim como nos últimos anos, a mostrar falta de dinamismo. Problemas estruturais como, por exemplo, a tendência de elevação dos custos de produção e queda da produtividade, associada à fatores conjunturais, a saber, alto volume de estoques, amplo grau de ociosidade, queda da confiança empresarial e fraca demanda, inviabilizam qualquer perspectiva de retomada da produção no curto prazo.

Adicionalmente, no 1º semestre de 2015, o quadro pessimista, que se retrinjava a atividade industrial nos indicadores pelo lado da oferta, também atingiu o setor de serviços e, com maior intensidade, o mercado de trabalho. A receita nominal dos setores de serviços mais ligados à transporte e comercialização vem sendo fortemente afetada pelo baixo dinamismo da demanda doméstica. A taxa de desocupação mostrou não apenas que o desemprego vem aumentando, mas sim que essa dinâmica vem ocorrendo em velocidade crescente, com reflexos ainda mais evidentes no rendimento real dos trabalhadores, que está em contração. A massa salarial real teve contração de 2,9% no 1º semestre de 2015 frente ao mesmo semestre de 2014. A destruição líquida de empregos formais atingiu quase 390 mil postos no 1º semestre de 2015, com destaque para o setor de Construção, que sozinho, respondeu pela destruição de 191 mil postos de trabalho.

Pelo lado da demanda, os problemas associados ao investimento – queda da produção de bens de capital e dos insumo típicos da construção civil – ainda persistem. No acumulado de 2015 com dados até maio, a produção de bens de capital teve queda de 20,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho ruim é liderado pelo segmento de bens de capital de equipamentos de transporte, cuja retração é ainda mais acentuada, atingindo 26,2% no mesmo período.

A novidade fica por conta dos efeitos que a deterioração dos indicadores relativos ao mercado de trabalho vem acarretando na dinâmica do consumo das famílias. Se, anteriormente, o consumo das famílias vinha se mostrando bastante resiliente à desaceleração da economia, mostrando alguma expansão, o 1º semestre de 2015 marca o fim desse processo. A retração do massa salarial real dos trabalhadores, conjugada às condições mais restritivas de acesso ao crédito bancário, afetaram em cheio o poder de compra dos agentes econômicos.

A desaceleração da atividade, mais intensa do que se esperava, teve efeitos relevantes nas projeções de arrecadação tributária do governo. Em geral, a elasticidade da arrecadação tributária ao PIB é superior a unidade. Nesse sentido, a frustração de receitas no 1º semestre de 2015 devido à retração da atividade econômica levou o governo a ter de reaver sua meta de superávit fiscal primário, do 1,1% do PIB anunciado no início do ano para 0,15% do PIB. Reavaliou-se também toda estratégia de ajustamento fiscal previamente anunciada para o período 2015-2018, de modo que as novas metas de superávit fiscal primário fossem mais compatíveis com a dinâmica da recuperação da economia. No entanto, a despesa primária projetada para 2015 cairá 1,6% em termos reais em relação a 2014 – com queda real de 12,3% em despesas discricionárias –, o que também representa dificuldade adicional de retomada do nível de atividade.

A inflação medida pelo IPCA fechou o 1º semestre de 2015 em 8,9% no acumulado dos últimos 12 meses, bem acima da meta de 4,5%. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: i) o realinhamento de preços relativos na economia, entre administrados e livres – notadamente devido à correção dos preços de energia elétrica que estavam repressados – e entre domésticos e internacionais – mais especificamente a taxa de câmbio e os preços do combustíveis; ii) a persistência da inflação do setor de Serviços, que é caracterizada fortemente por seu componente inercial; e iii) os choques nos preços de alguns gêneros alimentícios.

Esse desempenho ruim da atividade econômica, por outro lado, tem facilitado o processo de ajuste nas contas externas brasileiras. Mesmo com a queda acentuada nos preços das commodities, a forte contração do nível de atividade e o ajustamento já realizado na taxa de câmbio tem impactado sobremaneira a dinâmica das importações. O saldo comercial apresentou um resultado positivo de US\$ 2,2 bilhões no 1º semestre de 2015, revertendo o valor negativo do mesmo período do ano anterior, que havia sido de US\$ 2,5 bilhões. As exportações totalizaram US\$ 94,3 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 92,1 bilhões. Além disso, os dados do 1º semestre de 2015 mostraram queda de aproximadamente 20% no valor de duas rubricas importantes da conta de serviços, notadamente transportes e viagens, bem como na conta de renda primária via retração da remessa de lucros e dividendos ao exterior.

## II. DESTAQUES NO 1º SEMESTRE DE 2015

#### Memorando de Entendimento com o Banco de Comércio Exterior do México

Assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco de Comércio Exterior do México para estreitar a cooperação e a partilha de experiências, com o objetivo de promover programas e, em particular, apoiar a implementação de atividades e o desenvolvimento de projetos de interesse comum.

#### Prêmio Melhores Práticas 2015 da Associação Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (ALIDE)

Recebimento do Prêmio na categoria Produtos Financeiros, em reconhecimento à experiência e aos resultados obtidos pelo Criatec, fundo nacional de capital semente, do qual a BNDESPAR é a principal investidora.

#### Prêmio da Câmara de Comércio Brasil-França

Premiação pelas iniciativas sociais apoiadas com recursos da linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE) no entorno da hidrelétrica de Estreito, nos Estados do Maranhão e do Tocantins.

#### Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da Política de Responsabilidade Social e Ambiental

O Plano visa à efetiva implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental do BNDES e viabiliza o monitoramento mensal, pelo Comitê de Sustentabilidade Socioambiental, das ações nele estabelecidas, que trazem novas frentes de trabalho e reforçam um conjunto de práticas e iniciativas já existentes na instituição relativas à responsabilidade social e ambiental.

#### Lançamento do perfil do BNDES no Facebook

Ferramenta Tableau para divulgação de informações sobre operações e desembolsos. Veja a seção “VIII. BNDES Transparente”

## III. DESEMBOLSOS

#### Política Operacional 2015

Desde o início de 2015, com a revisão das políticas operacionais, o BNDES oferece melhores condições de taxa, prazo e nível de participação para setores considerados prioritários (inovação, infraestrutura, energias renováveis, transporte público de massa, transporte hidroviário e ferroviário, saneamento e melhoria da gestão pública), projetos de meio ambiente, investimentos sociais das empresas, e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A revisão incluiu, ainda, a ampliação do uso de referenciais de custo de mercado nos financiamentos e a abertura de mais espaço para atuação de outras fontes no financiamento de longo prazo.

Para os setores prioritários, o referencial de custo financeiro é a TJLP, atualmente em 6% ao ano. Para outros setores, uma parcela do financiamento permanece em TJLP, combinada com referenciais de custo de mercado. Com isso, o Banco mantém o suporte firme ao conjunto das empresas brasileiras, sustentando e ampliando a realização de investimentos, e seu alinhamento às diretrizes de racionalizar a utilização de recursos determinadas pelo Governo Federal.

Ao reduzir seus níveis de participação e de parcela do financiamento em TJLP, o BNDES estimula a maior presença do mercado na concessão de crédito de longo prazo. Todavia, é disponibilizado o aumento de participação a até 90%, utilizando referenciais de mercado. O BNDES garante, assim, o *funding* para execução do projeto.

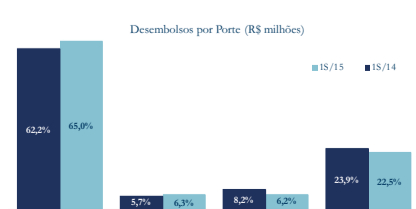
As MPMEs contam com financiamentos referenciados à TJLP, e, independente do setor, passam a ser apoiadas com uma condição única: 100% de TJLP e participação de 70%.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2015 e suas taxas de juros elevadas, embora ainda bastante competitivas. As taxas do PSI, que variavam de 4% a 8% ao ano, ficaram entre 6,5% e 11% ao ano. A medida está em linha com o plano de ajuste fiscal do Governo Federal, ao mesmo tempo em que garante o estímulo ao investimento.

#### Desembolsos no 1º semestre de 2015

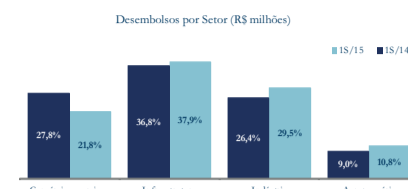
Os desembolsos do Sistema BNDES, desconsiderados os desembolsos ao mercado secundário, alcançaram R\$ 68.775 milhões no 1º semestre de 2015, uma redução de R\$ 15.281 milhões (18,2%) diante do mesmo semestre de 2014. Em um cenário de ausência de novos recursos do Tesouro, a tendência é uma redução dos desembolsos nos próximos anos.

#### Perfil dos desembolsos



O volume de operações também apresentou queda (7,2%) entre os semestres, passando de 516.991 operações no 1º semestre de 2014 para 479.746 operações no mesmo semestre de 2015. A queda foi verificada em empresas de todos os portes.

Os segmentos de transporte rodoviário e energia elétrica foram os destaques, contribuindo com 11,7% e 7,9%, respectivamente, dos desembolsos no 1º semestre de 2015.



#### Desembolsos por Região (R\$ milhões)



No 1º semestre de 2015, os Estados brasileiros que se destacaram em suas respectivas regiões foram Pará, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

## IV. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em três tipos:

- emprego direto – ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida. Em projetos de investimento fixo, está relacionado principalmente à construção civil, à fabricação de máquinas e equipamentos e aos serviços prestados às empresas;
- emprego indireto – postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda; e
- emprego efeito-renda – postos de trabalho que surgem a partir do gasto de parte da renda dos empregados diretos e indiretos em consumo, principalmente em setores produtores de bens-salário (alimentação, vestuário, serviços prestados às famílias, etc).

#### Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados pelo BNDES

Valores acumulados (investimento em R\$ milhões e emprego em milhares)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final <sup>1</sup>	Emprego			Total
			Direto	Indireto	Efeito-renda	
1S/14	84.056	68.797	308	338	757	1.403
1S/15	68.786	54.287	266	258	607	1.131

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

<sup>1</sup> Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos.

No 1º semestre de 2015, os desembolsos do BNDES somaram cerca de R\$ 68,8 bilhões e representaram cerca de R\$ 54,3 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos investimentos. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de 1,1 milhão. A queda desse indicador em relação ao resultado do mesmo período de 2014 (1,4 milhão) reflete o comportamento dos desembolsos, que caíram, em termos proporcionais, na mesma medida. <sup>2</sup>

Em relação à composição por tipo de emprego, o 1º semestre de 2015 apresentou resultados similares a 2014, com 53% representados por empregos advindos do efeito-renda, 24% por empregos diretos e 23% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia subiu ligeiramente, de 20,4 no 1º semestre de 2014 para 20,8 no mesmo semestre de 2015, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os principais setores que têm a demanda final aquecida durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES segundo os cálculos realizados para estimar o emprego são: i) construção civil; ii) fabricação de máquinas e equipamentos; iii) fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; iv) fabricação de peças e outros veículos; v) serviços prestados às empresas; e vi) serviços industriais de utilidade pública. Somados, esses setores corresponderam, no 1º semestre de 2015, a aproximadamente 91% da demanda final estimulada pelo BNDES durante a fase de implantação dos investimentos.

<sup>2</sup> Optou-se por descontinuar a série de estimativas de emprego associadas aos investimentos totais avançados pelo BNDES para alinhar os dados do Relatório da Administração com a divulgação do Relatório de Efetividade do BNDES.

## V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### O 1º semestre de 2015

O 1º semestre de 2015 foi marcado pela redução de R\$ 3.598 milhões (97,2%) do resultado com participações societárias, que contribuiu decisivamente para a queda de R\$ 1.956 milhões (35,6%) do lucro líquido diante do mesmo semestre de 2014. O crescimento do produto da intermediação financeira, líquido de tributos, amenizou tais efeitos no lucro líquido do 1º semestre de 2015.

#### Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais		
	1S/15	1S/14	Δ (%)
<b>Lucro Líquido (LL)</b>	<b>3.515</b>	<b>5.471</b>	(35,8)
Produto da Intermediação Financeira	9.770	8.877	66,2
Provisão para Risco de Crédito	(480)	121	(497,6)
Participações Societárias	105	3.703	(97,2)
Despesas Tributárias	(526)	(504)	4,4
Tributos sobre o Lucro	(4.253)	(2.587)	64,4
Outras Despesas, líquidas	(1.101)	(1.138)	(3,2)

Posição Financeira	R\$ milhões, exceto percentuais					
	jun/15	dez/14	Δ (%)	jun/15	jun/14	Δ (%)
<b>Ativo Total (AT)</b>	<b>911.453</b>	<b>877.219</b>	<b>3,9</b>	<b>911.453</b>	<b>814.364</b>	<b>11,9</b>
Operações de Crédito e Repasses, líquida (CC)	667.625	651.207	2,5	667.625	588.263	13,5
Títulos e Valores Mobiliários	110.396	105.033	5,1	110.396	96.620	14,3
Participações Societárias	68.324	63.360	7,8	68.324	84.155	(18,8)
Créditos perante o Tesouro Nacional	27.227	26.163	4,1	27.227	21.598	26,1
Caixas e equivalentes de caixa	16.099	7.879	104,3	16.099	2.737	488,2
Outros Ativos	5.683	15.697	(63,8)	5.683	18.254	(68,9)
Tesouro Nacional	521.115	506.215	2,9	521.115	464.898	12,1
FAT/PS-Pasep	240.115	229.077	4,8	240.115	225.409	6,5
Captações Externas	46.165	41.280	11,8	46.165	34.693	33,1
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	18.075	15.418	17,2	18.075	12.612	43,3
Outras Obrigações	47.954	54.492	(12,0)	47.954	33.160	44,6
Patrimônio Líquido (PL)	38.029	30.737	23,7	38.029	43.592	(12,8)
PL/AT	4,17%	3,50%	19,1	4,17%	5,35%	(22,1)

Limites Prudenciais	R\$ milhões, exceto percentuais			
	jun/15	dez/14	jun/15	jun/14
Índice de Basileia	17,0%	15,9%	17,0%	18,4%
Índice de Capital Principal	11,3%	10,6%	11,3%	12,3%
Índice de Capital Nível 1	11,3%	10,6%	11,3%	12,3%

Índices de Crédito (%)	R\$ milhões, exceto percentuais			
	jun/15	dez/14	jun/15	jun/14
Inadimplência / Carteira Total (CC)	0,05%	0,01%	0,05%	0,02%
Provisão / Carteira Total (CC)	0,53%	0,49%	0,53%	0,66%
Índice de Cobertura <sup>1</sup>	11,7%	36,1%	11,7%	27,8

Rentabilidade	R\$ milhões, exceto percentuais	
	1S/15	1S/14
ROA (Retorno sobre ativos)	0,39%	0,69%
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido)	8,44%	13,24%

<sup>1</sup> Provisão / créditos inadimplentes

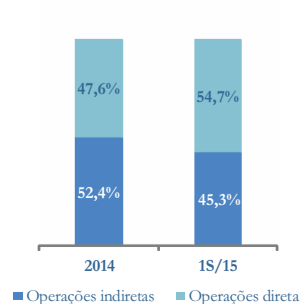
#### Operações de crédito e repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, caso das operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, caso das operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 3.579 milhões, totalizou R\$ 667.625 milhões em 30 de junho de 2015, correspondente a 73,2% do ativo total na mesma data.

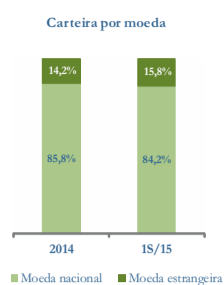
#### Perfil da carteira bruta de crédito e repasses

#### Carteira por tipo de operação

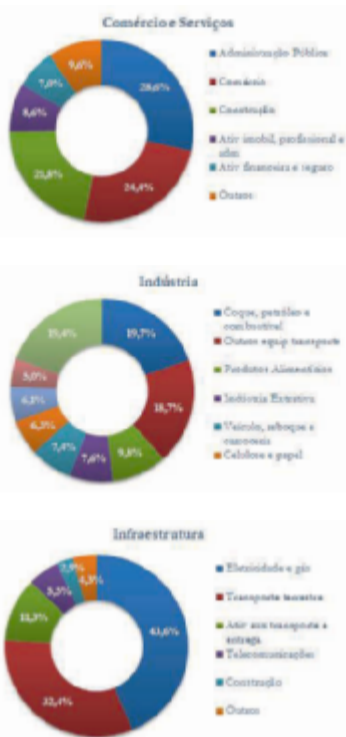
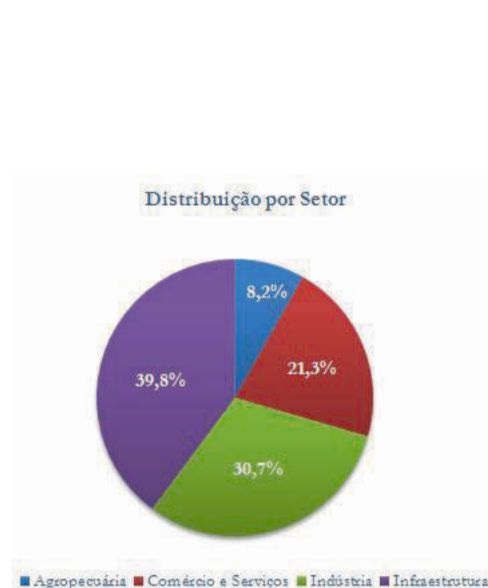


Sobre as operações de repasses não é cobrado *spread* de risco e sim uma taxa de intermediação financeira entre 0,1% e 0,5%. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

O crescimento de R\$ 16,4 bilhões (2,5%) da carteira de crédito líquida reflete o impacto da valorização de 16,8% do Dólar sobre a carteira em moeda estrangeira.



Carteira bruta de crédito e repasses por setor



Qualidade da carteira de crédito e repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

Classificação de risco da carteira de crédito e repasses

30 de junho de 2015

Classificação de Risco	Sistema BNDES	Instituições		Instituições Financeiras Públicas 2,3
		SFN 1,2,3	Financeiras Privadas 2,3	
AA - C	99,7%	92,9%	91,6%	93,9%
D - G	0,2%	4,6%	5,3%	4,0%
H	0,1%	2,5%	3,1%	2,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

1 Sistema Financeiro Nacional

2 Fonte: BACEN

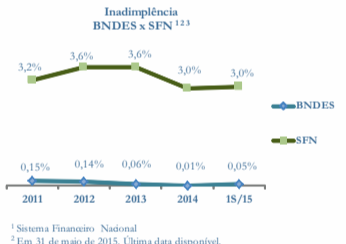
3 Em 31 de março de 2015. Última informação disponível.

A participação dos créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, ficou em 99,7% da carteira total em 30 de junho de 2015, percentual superior aos 92,9% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) em 31 de março de 2015 (última data disponível) e igual ao registrado em 2014.

A taxa de inadimplência atingiu 0,05% em 30 de junho de 2015, superior à taxa de 0,01% registrada em 31 de dezembro de 2014, mas, ainda assim, uma das menores taxas registradas pelas instituições do SFN.

A baixa taxa de inadimplência reflete a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, acima da média do SFN, a consistência das políticas operacionais do BNDES e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. O volume de renegociações realizadas pelo BNDES no período de 12 meses findo em 30/6/15, equivalente a 1,31% da carteira nessa data, é mais um indicador que confirma essa qualidade.

Entre 2010 e 30/6/15, as taxas de inadimplência do BNDES se mantiveram em patamares inferiores aos registrados pelo SFN, a despeito de o BNDES adotar critério mais conservador na classificação dos créditos como inadimplentes: enquanto o SFN considera inadimplente o crédito vencido há mais de 90 dias, o BNDES adota prazo inferior, de 30 dias.



1 Sistema Financeiro Nacional

2 Em 31 de maio de 2015. Última data disponível.

3 Fonte: BACEN



O índice de cobertura, que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito é capaz de cobrir os créditos inadimplentes, alcançou 11,7 em 30/6/15.

Títulos e valores mobiliários

Composta, basicamente, por debêntures e títulos públicos, que representavam 11,2% e 55,6%, respectivamente, da carteira de TVM em 30 de junho de 2015.

As debêntures representam uma das formas de apoio do BNDES às empresas. A carteira, que alcançou R\$ 18.288 milhões em 30/6/15, é composta por investimentos de R\$ 6.620 milhões em debêntures simples e R\$ 11.668 milhões em debêntures conversíveis/permutáveis.

Créditos perante o TN

Referem-se a valores a receber do Tesouro Nacional decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI.

O decréscimo de R\$ 1.064 milhões (4,1%) dos créditos no 1o semestre de 2015 se deve basicamente ao recebimento de parcelas de equalização da remuneração do PSI, no montante de R\$ 4.670 milhões.

Caixas e equivalentes de caixa

O aumento de R\$ 8.220 milhões (104,3%) no 1º semestre de 2015 reflete a necessidade de recursos para liquidação de obrigações financeiras em julho de 2015.

Participações societárias

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União e participações societárias de caráter minoritário e transitório que buscam apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro.

Em 30 de junho de 2015, do total da carteira de participações societárias, 73,8% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 23,2%, em sociedades coligadas, e os 3,0% restantes em cotas de fundos mútuos de investimentos e outros investimentos.

Os investimentos em sociedades coligadas, nas quais o BNDES tem poder de influência nas decisões financeiras e operacionais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo valor justo e, em casos excepcionais, pelo custo de aquisição.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 68.324 milhões em 30/6/15, um crescimento de 7,8% no semestre, provocado pela valorização, da ordem de R\$ 5.512 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas em razão, notadamente das ações da Petrobras.

Fontes de recursos

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital do BNDES, destaca-se o peso das fontes governamentais, que representam parcela significativa de sua estrutura de financiamento.

Tesouro Nacional

Desde 2010, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES, sendo responsável por 53,2% do passivo total em 30 de junho de 2015. Desse total, 87,3% são atrelados à TJLP.

Não houve novas operações com TN no 1º semestre de 2015.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT no BNDES era de R\$ 206,4 bilhões em 30 de junho de 2015. Desse total, R\$ 190,6 bilhões constituíam o saldo do FAT Constitucional e R\$ 15,8 bilhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais.

No 1º semestre de 2015, ingressaram R\$ 10,1 bilhões de recursos novos oriundos do FAT, dos quais R\$ 7,8 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 2,3 bilhões de Depósitos Especiais.

Em 30/6/15, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizava R\$ 33,7 bilhões, destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe mais aportes de recursos.

Captações externas

As fontes externas de captação são repasses de instituições multilaterais, emissão de *bonds* e empréstimos sindicalizados, que, juntos, totalizaram R\$ 46.165 milhões em 30/6/15, o equivalente a 5,1% do passivo total na mesma data.

O crescimento de R\$ 4.885 milhões (11,8%) no 1º semestre de 2015 reflete basicamente a valorização de 16,8% do Dólar no período.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O passivo com o FMM era de R\$ 18,1 bilhões, destinados à aplicação em programas de desenvolvimento do setor naval. No 1º semestre de 2015, ingressou R\$ 1,7 bilhão.

Outras obrigações

Compreendem emissões de debêntures da BNDESPAR, Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), que, juntos, respondem por 43,6% do saldo em 30/6/15.

No 1º semestre de 2015 foram emitidas LCAs, no total de R\$ 2.749 milhões, sendo R\$ 1.543 milhões remunerados entre 93,0% e 95,5% do CDI e com vencimentos entre janeiro de 2016 e março de 2018, e R\$ 1.206 milhões remunerados entre 93,0% e 96,0% do CDI e com vencimentos entre abril de 2016 e junho de 2018.

O BNDES conta também com recursos de fundos como o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), destinado ao financiamento de projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima, e Fundo Amazônia (FA), destinado ao financiamento de projetos para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia.

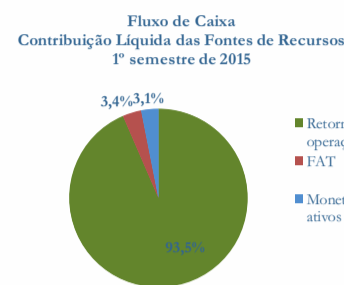
No 1º semestre de 2015, ingressaram R\$ 230 milhões do FSA e R\$ 48 milhões do FA. Não houve ingresso de novos recursos do FNMC.

Patrimônio líquido

O crescimento de R\$ 7.292 milhões (23,7%) do patrimônio líquido no 1º semestre de 2015 reflete o lucro líquido de R\$ 3.515 milhões no semestre e o ajuste a valor justo positivo em R\$ 3.778 milhões proveniente, em grande parte, da carteira de investimentos em sociedades não coligadas.

Fluxo de recursos

Os recursos líquidos utilizados pelo BNDES no 1º semestre de 2015, de R\$ 68 bilhões, tiveram origem nas fontes discriminadas no gráfico abaixo.



Conforme se pode observar, o retorno das operações de crédito se destacou como a principal fonte de recursos no 1º semestre de 2015, contribuindo com 93,5% do total, o que evidencia a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do BNDES para financiamento de suas liberações.

Resultado da intermediação financeira

É o produto da intermediação financeira líquida dos efeitos da provisão para risco de crédito.

Produto da intermediação financeira

É o resultado da aplicação de recursos nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários, líquido da provisão para risco de crédito, e em equivalentes de caixa.

O produto da intermediação financeira atingiu R\$ 9.770 milhões no 1º semestre de 2015, um aumento de R\$ 3.893 milhões (66,2%) diante do mesmo semestre de 2014, explicado pelo crescimento da carteira de crédito, pela gestão dos recursos de tesouraria para compensar a menor receita de participações societárias e pelo ajuste, em março de 2014, dos custos de captação ao volume de programas oficiais de créditos equalizáveis.

Provisão para risco de crédito

A despesa com provisão para risco de crédito de R\$ 480 milhões no 1º semestre de 2015, em contraponto à receita de R\$ 121 milhões no mesmo semestre de 2014, foi marcada pela redução de R\$ 233 milhões (84,1%) no volume de recuperações de crédito e pelo impacto de R\$ 368 milhões, provocado pelo crescimento da carteira e pelo rebaixamento do nível de risco de alguns clientes.

Resultado com participações societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O resultado com participações societárias ficou em R\$ 105 milhões no 1º semestre de 2015, uma redução de R\$ 3.598 milhões (97,2%) diante do mesmo semestre de 2014 em razão da queda de R\$ 2.296 milhões (87,2%) na receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) e do crescimento de R\$ 819 milhões na despesa com *impairment*, parcialmente atenuados pelo crescimento de R\$ 685 milhões com ganho em alienações.

Os destaques na receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 1º semestre de 2015 foram Vale (R\$ 164 milhões) e Cia Estadual de Gás (CEG), de R\$ 43 milhões, que responderam por 61,2% da receita total. Já no 1º semestre de 2014, destaca-se a Petrobras, cuja receita atingiu R\$ 1.842 milhões (70,0% da receita total), sem equivalente no 1º semestre de 2015, pois não houve distribuição de resultado pela Petrobras.

O total de R\$ 1.155 milhões da despesa com provisão para perdas (*impairment*) no 1º semestre de 2015 se refere à carteira de não coligadas e foi constituída em função do declínio significativo do valor justo das respectivas ações em relação ao seu custo de aquisição.

O resultado com alienações de R\$ 974 milhões no 1º semestre de 2015 foi impactado principalmente por operações envolvendo JBS, Klabin e Suzano Papel e Celulose, que alcançaram R\$ 917 milhões (94,1% do resultado total).

A decisão de alienar investimentos considera as condições do mercado e a maturação dos investimentos da carteira. Para isso, o BNDES monitora o mercado na busca das melhores oportunidades de preço, volume e momento de venda, pois, em virtude do bom gerenciamento de seu fluxo de caixa, não necessita incorrer em perdas na alienação de investimentos para compor fluxo de caixa.

Despesas tributárias

Compreendem, em quase sua totalidade, tributos federais como as contribuições sociais PIS-Cofins e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O crescimento de R\$ 1.688 milhões (54,6%) entre os semestres acompanha o aumento de 66,2% do produto da intermediação financeira.

Outras despesas, líquidas

Compreendem atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outros.

Informação por segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

Composição dos segmentos

- "Renda Fixa": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- "Renda Variável": inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, composta pelas participações societárias e pelos fundos mútuos de investimentos e participações; e
- "Tesouraria": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades do Sistema BNDES.

Segmento	1S/14		Resultado		1S/15		Resultado	
	Ativos (A)	%	(B)	%	Ativos (A)	%	(B)	%
Renda Fixa 1/	631.649	78,8%	5.603	56,1%	720.317	80,1%	7.506	77,3%
Renda Variável	86.129	10,7%	3.129	31,3%	69.399	7,7%	(686)	-7,1%
Tesouraria	84.013	10,5%	1.260	12,6%	110.161	12,2%	2.889	29,8%
<b>Alocado</b>	<b>801.791</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.992</b>	<b>100,0%</b>	<b>899.877</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.709</b>	<b>100,0%</b>
<b>Não alocado</b>	<b>12.573</b>		<b>(4.521)</b>		<b>11.576</b>		<b>(6.194)</b>	
<b>Total</b>	<b>814.364</b>		<b>5.471</b>		<b>911.453</b>		<b>3.515</b>	

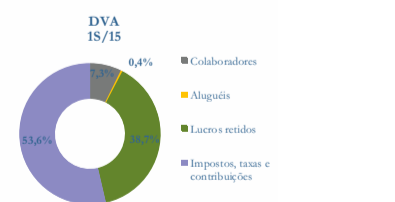
1/ Inclui provisão para risco de crédito.

Para se chegar ao lucro líquido total, devem ser deduzidas as despesas não alocadas, representadas por outras despesas (administrativas, pessoal, provisões, etc), de R\$ 4,5 bilhões no 1º semestre de 2014 e de R\$ 6,2 bilhões no mesmo semestre de 2015.

As diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo que a de renda variável está sujeita à menor carga relativa.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Importante indicador de avaliação do papel social, a DVA apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da instituição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre empregados, governo, agentes financiadores e acionistas.



A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES no 1º semestre de 2015 foi de R\$ 9.087 milhões, em linha com os R\$ 9.293 milhões gerados no mesmo semestre de 2014. Apesar da redução de 35,8% do lucro líquido entre os semestres, o valor gerado a distribuir se manteve estável em razão do aumento das despesas com tributos federais.

Em virtude de o BNDES ter como único acionista a União, a participação do Governo Federal na distribuição da riqueza gerada no 1º semestre de 2015 foi de R\$ 8.374 milhões, equivalente a 92,3% da riqueza gerada total, contra R\$ 8.639 milhões no mesmo semestre de 2014 (93,0% da riqueza gerada total), considerados tributos federais, a remuneração do capital próprio e lucros retidos.

VI. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No âmbito das atividades desempenhadas para apoiar o aprimoramento dos controles internos e do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES, destacaram-se no 1º semestre de 2015:

Controles internos

- evolução da atividade de monitoramento contínuo do grau de atendimento aos normativos internos;
- continuação das avaliações de controles internos nos processos de trabalho;
- aprofundamento dos estudos relacionados à atividade de compliance; e
- implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de controle na Instituição.

Risco operacional

- conclusão do projeto de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES;
- início do projeto corporativo Estratégias de Continuidade de Negócios, que se destina a aplicar soluções de contingência focadas em tecnologia e locais alternativos de trabalho;
- aprimoramento da metodologia de identificação e avaliação de riscos operacionais;
- inclusão de tópico relativo a análise de riscos operacionais como suporte à avaliação das propostas de novos produtos, programas e políticas do Sistema BNDES; e
- desenvolvimento de metodologia avançada para apuração do capital regulamentar referente ao risco operacional.

#### Riscos de mercado e de liquidez

- implementação do apreamento de debêntures, opções de ações e títulos emitidos no exterior segundo as regras do Manual de Precificação e Marcação a Mercado de Instrumentos Financeiros aprovadas no final de 2014;
- desenvolvimento em curso de um modelo integrado de gestão de ativos e passivos para a gestão de longo prazo do risco do BNDES;
- apuração dos ajustes prudenciais de que trata a Resolução CMN 4.277/13, que entraram em vigor no dia 30/6/15; e
- desenvolvimento de metodologia gerencial para acompanhamento do risco de liquidez do BNDES, projetado para um horizonte de três meses, baseado no LCR (Liquidity Coverage Ratio).

#### Risco de crédito

- inclusão das receitas de operações de exportação equalizáveis ao cálculo da rentabilidade das linhas e programas do BNDES;
- desenvolvimento e refinamento de modelos gerenciais de cálculo de capital econômico para a carteira de créditos, cujo foco se encontra relacionado à individualização das taxas de recuperação em função dos diversos pacotes de colaterais recebidos pelo BNDES;
- aperfeiçoamento da metodologia de capital econômico para a carteira de ações; e
- aprimoramento das metodologias de auto avaliação de capital para aplicação no relatório ICAAP.

#### Gestão de Riscos em Números

Em 30 de junho de 2015, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia totalizou 17,0% e os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I foram iguais a 11,3%, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível em [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Relacao\\_Com\\_Investidores/Relatorio\\_Gestao\\_Riscos/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Gestao_Riscos/).

Recursos próprios e Basileia (R\$ milhões)	R\$ milhões, exceto percentuais				
	2011	2012	2013	2014	Jun/15
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>99.084</b>	<b>89.599</b>	<b>108.669</b>	<b>97.851</b>	<b>110.897</b>
= Capital Nível I (NI)	51.849	48.633	72.446	65.234	73.931
(+) Capital Principal (CP)	-	-	60.418	65.234	73.931
(+) Capital Complementar (CC)	-	-	12.028	-	-
(+) Capital Nível II	48.044	41.176	36.223	32.617	36.967
(-) Deduções do PR	809	211	-	-	-
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*</b>	<b>481.059</b>	<b>582.214</b>	<b>580.237</b>	<b>615.706</b>	<b>652.894</b>
= Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	471.800	538.280	545.944	575.861	597.647
(+) Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	652	27.071	23.257	28.055	30.191
(+) Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	8.607	16.863	11.036	11.790	25.076
Risco de Juros da Carteira Bancária (R <sub>CB</sub> )	1.461	2.347	2.278	2.383	2.565
<b>Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)</b>	<b>20,60%</b>	<b>15,39%</b>	<b>18,73%</b>	<b>15,89%</b>	<b>16,99%</b>
<b>Índice de Capital Principal (CP/RWA)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10,41%</b>	<b>10,59%</b>	<b>11,32%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (NI/RWA)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12,49%</b>	<b>10,59%</b>	<b>11,32%</b>

(\*) Mudanças na forma de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) - agora denominado de Risk Weighted Assets (RWA), nos termos da Resolução CMN nº 4.193/13 - o que inclui refinamentos na parcela de risco de crédito e a mudança de escala (divisão por fator igual a 0,11) nas parcelas de risco de mercado, crédito e operacional para alinhamento com o padrão internacional. Logo, os valores apresentados para os anos anteriores a 2013, referentes a RWA, na realidade, são os valores do PRE divididos pelo fator 0,11, de forma a compatibilizar os valores-base para efeito de comparação.

## VII. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria da Comissão de Ética (SECE/CP), sendo esta vinculada à Presidência do BNDES.

O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, bem como normativos externos, orientam a gestão da ética, através da realização de ações de natureza educativa, atualização e aperfeiçoamento de normas e apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

No 1º semestre de 2015, a CET/BNDES procedeu à abertura de 40 Procedimentos Preliminares. Os principais assuntos abordados estão resumidos no gráfico abaixo.

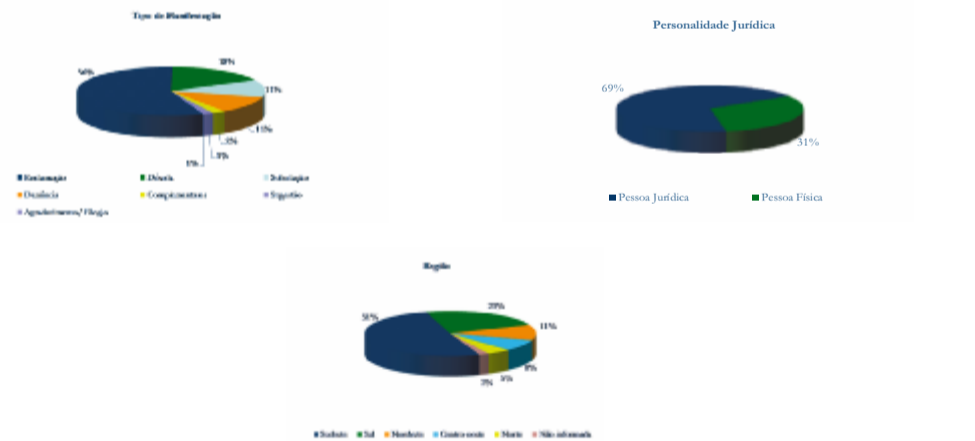


#### Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de participação do cidadão junto à Administração do BNDES. Através das manifestações recebidas, trata e responde individualmente aos seus autores e busca promover a reflexão interna a respeito dos temas demandados, visando auxiliar na melhoria das práticas da Instituição.

No semestre, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento a 769 manifestações, mantendo-se o patamar do período correspondente de 2014. Em torno de 65% das demandas recebidas são provenientes de postulantes ou beneficiários de operações indiretas, realizadas através de parceiros credenciados.

#### Perfil das manifestações



As ações de ampliação da transparência e a iniciativa de diálogo com segmentos da sociedade civil constituíram-se como principais temas no período. Para o destaque destes temas na pauta da Ouvidoria contribuíram a sua participação nas iniciativas do Banco para atendimento à Resolução CMN nº 4.327/14, que estabelece diretrizes para a implantação de política de responsabilidade social e ambiental em instituições financeiras, bem como, no Fórum de Diálogo com representantes da sociedade civil.

Através da participação nos fóruns internos do Banco, a Ouvidoria dissemina as informações colhidas do tratamento das demandas dos cidadãos, contribuindo para o debate interno e para a inclusão dos temas mais recorrentes na sua pauta de discussão.

## VIII. BNDES TRANSPARENTE

No seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

#### Canais de Atendimento

##### Central de Atendimento do BNDES

Atendimento ao público externo quanto aos produtos, serviços e demais assuntos relacionados às atividades operacionais do Sistema BNDES através dos seguintes canais: telefônico (0800 702-6337), correspondência e e-mail através do formulário eletrônico disponível em [www.bndes.gov.br/faleconosco](http://www.bndes.gov.br/faleconosco).

No 1º semestre de 2015, foi registrada uma média mensal de 58.700 atendimentos, sendo 90% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 80% dos que responderam consideram o atendimento EXCELENTE e 15% consideraram BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

##### Atendimento Presencial

O BNDES mantém um canal de diálogo direto com clientes e público em geral, prestando orientação empresarial nos seus escritórios de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

No 1º semestre de 2015, foram realizados cerca de 190 atendimentos presenciais somente no escritório do Rio de Janeiro. O perfil padrão de atendimentos foi de orientação a micro e pequenos empresários. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 98% dos que responderam consideram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas.

##### Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Responsável pelo tratamento dos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos seguintes canais: presencial (Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail ([sic@bndes.gov.br](mailto:sic@bndes.gov.br)) ou através do Sistema e-SIC ([www.acessoainformacao.gov.br/sistema/](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/)).

No 1º semestre de 2015, o SIC recebeu 333 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais.

#### Palestras Institucionais

O BNDES recebe delegações e grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras institucionais, em função do interesse global na economia brasileira e no papel do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional.

No 1º semestre de 2015, foram realizadas 23 apresentações institucionais para um público total de cerca de 400 visitantes.

#### Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações, a partir de convênio estabelecido entre o BNDES e outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

No 1º semestre de 2015, foram realizadas sete palestras, distribuídas em cinco estados, atingindo um público total de 886 presentes.

#### Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais

No 1º semestre de 2015, o site do BNDES recebeu cerca de 2,4 milhões de visitantes únicos - uma audiência mensal média de

400 mil, o que representa um aumento de 60% em relação à média do ano anterior. O número reflete, principalmente, avanços expressivos com foco na transparência das operações de financiamento e dos desembolsos do BNDES no Brasil e no exterior no segundo trimestre, ação essa potencializada com a veiculação de campanhas publicitárias, mais especificamente as com peças online.

#### Seção BNDES Transparente

Mantida desde 2008 em seu site, a seção BNDES Transparente permite ao internauta consultar as operações e o volume de desembolsos da instituição. Nesse semestre, a seção incorporou os painéis interativos do software Tableau, uma poderosa solução tecnológica que permite o cruzamento de dados de forma rápida e intuitiva.

#### Ferramenta Tableau

Implantada em abril, a ferramenta Tableau traz uma nova forma de consulta às operações e aos desembolsos do Sistema BNDES.

A consulta aos desembolsos ganhou mapas e gráficos interativos que possibilitam o cruzamento de diferentes recortes, como porte da empresa, região do Brasil e setor econômico, para uma análise mais profunda e rápida. Além de garantir acesso mais qualificado aos dados, a nova apresentação visual das informações melhora a compreensão dos números pelo público em geral.

A consulta às operações passou a permitir ao público procurar uma operação pelo nome do cliente, data da operação, forma de apoio (direta ou indireta), área operacional do BNDES responsável pela operação e modalidade de apoio (reembolsável e não reembolsável), sendo possível ainda combinar os critérios para se chegar ao resultado esperado.

Em junho, a consulta às operações foi ainda expandida, passando a detalhar taxa de juros, prazo e garantia das operações diretas e indiretas não automáticas datadas a partir de 2012. Além disso, foi criada uma consulta exclusiva para operações de exportação de serviços de engenharia no exterior.

O aprimoramento das consultas, aliado à campanha publicitária, resultou num grande salto nos números de visitação da seção BNDES Transparente. No segundo trimestre de 2015, a seção recebeu mais de 954 mil visitantes, sendo mais de 914 mil novos visitantes; ultrapassando 1,6 milhão de visualizações de páginas. No mesmo período de 2014, estes números foram de 35 mil visitantes, sendo 15 mil novos; totalizando mais de 82 mil visualizações de página.

#### Relatório de Efetividade

Em junho de 2015, foi lançado o 1º Relatório de Efetividade do BNDES, relativo ao período 2007-2014, na seção BNDES Transparente. O Relatório compila os efeitos econômicos, territoriais, ambientais e sociais da atuação do Banco e organiza de maneira sistemática informações e estudos produzidos ou apoiados pelo BNDES durante o monitoramento e avaliação de sua atuação.

#### Redes Sociais

No 1º semestre de 2015, o BNDES lançou sua fanpage no Facebook, que amplia sua presença nas redes sociais, iniciada em 2010, com o lançamento do perfil do Banco no Twitter.

Também houve aumento de visualizações dos canais e perfis oficiais nas redes sociais online. Mesmo sem lançamento de novos vídeos, o canal do BNDES no YouTube ([youtube.com/bndesgovbr](http://youtube.com/bndesgovbr)) recebeu cerca de 74 mil visualizações e totalizou 1.409 inscritos no 1º semestre.

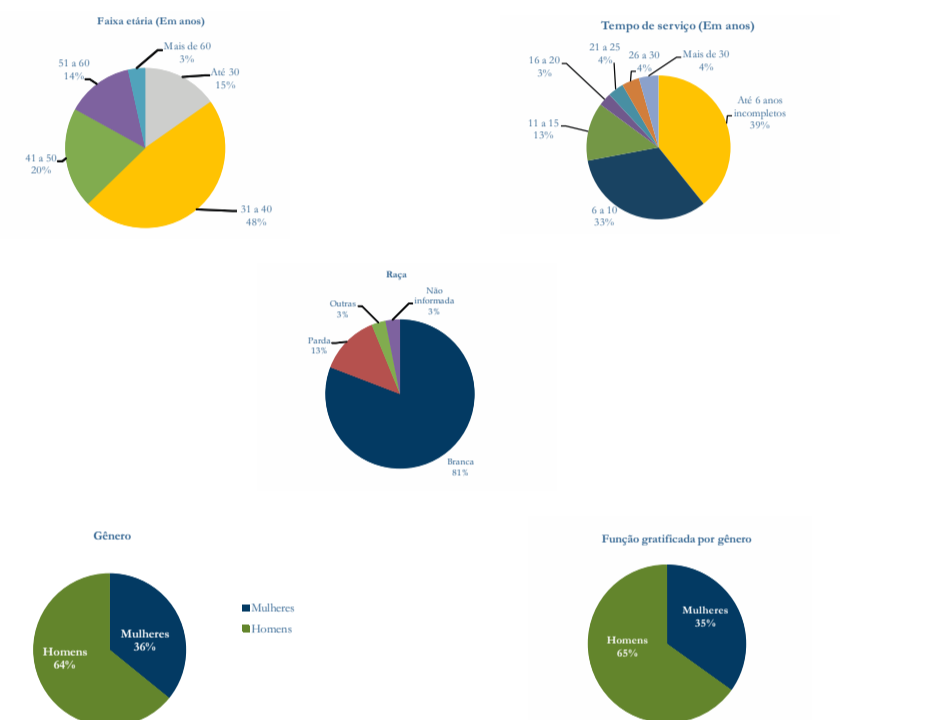
Durante este período, os demais perfis seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes\_imprensa), das apresentações disponíveis no Slideshare ([slideshare.net/bndes](http://slideshare.net/bndes)) e dos citados anteriormente.

## IX. GESTÃO DE PESSOAS

O BNDES encerrou o 1º semestre de 2015 com 2.887 empregados, número muito próximo ao do final de 2014, quando encerrou com 2.881 empregados.

Historicamente, o BNDES apresenta baixas taxas de rotatividade devido à sua política remuneratória e ao seu ótimo ambiente de trabalho. Apenas 25 empregados se desligaram no 1º semestre de 2015.

#### Perfil do corpo funcional



#### Aprendizado e Conhecimento

Durante o 1º semestre de 2015, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, impulsionado pela necessidade de promover o desenvolvimento de competências para atender às crescentes demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 6,6 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior, totalizando 59.048 horas de treinamento e resultando numa média de 21 horas de treinamento por empregado, com destaque para 51 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

No segmento de treinamentos customizados, no 1º semestre, foram realizadas 20 turmas sobre os mais diversos temas, computando-se ao todo 356 inscrições. Os treinamentos em questão foram todos conduzidos por instrutores internos, permitindo grande aderência entre conteúdo programático e demandas de trabalho.

#### Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 313 estagiários. O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Com carga horária de 4 horas diárias, a duração máxima do estágio é de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ter de 14 a 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos.

Atualmente o Programa conta com 34 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópia, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

#### Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no seu ambiente de trabalho e nas instituições da sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso tem como objetivo o reconhecimento do Banco como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade, e encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores e em seu Código de Ética.

Como ações específicas desenvolvidas no 1º semestre de 2015, destacam-se:

- Reunião com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, na qual foram discutidas oportunidades de parcerias em prol da melhoria das condições de trabalho das mulheres nas empresas da cadeia de relacionamento do BNDES;
- Participação, a convite do Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, da abertura da 2ª Oficina da Mulher Trabalhadora que Amamenta, apresentando a experiência da implantação das Salas de Apoio à Amamentação do BNDES;
- Lançamento da cartilha "Maternidade do ponto vista econômico e social", baseada em estudos da OIT em países da América Latina, entre os quais o Brasil, cujo objetivo é apresentar informações sobre a maternidade, como forma de desfazer mitos e preconceitos, e possibilitar uma nova visão sobre o papel das famílias, do Estado e da sociedade na reprodução da vida humana.

## X. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Baa3	Estável	Baa3	Estável
S&P	BBB-	Negativa	BBB +	Negativa

## XI. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 6.746 milhões.

## XII. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 e 2014**  
(Em milhares de reais)

Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO			Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
	2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014		2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	162.943.331	146.362.785	126.249.177	202.308.511	157.718.808	147.051.306							
<b>DISPONIBILIDADES</b>	5	3.464	16.624	1.452	525.744	225.105	215.750						
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	5 e 6	13.650.223	395.559	327.626	15.573.752	2.511.901	3.589.804						
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	225.291	138.962	234.083	225.291	138.962	234.083						
Aplicações em operações compromissadas	6.2	13.424.932	256.597	93.543	15.348.461	2.372.939	3.355.721						
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	56.252.663	42.013.388	27.050.372	55.220.658	41.096.528	29.568.387						
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	5, 7.1 e 7.3	2.121.905	2.017.772	4.485.856	-	52.205	2.424.137						
Títulos públicos	7.1	52.979.281	39.718.244	20.857.586	53.000.875	39.743.743	24.617.222						
Ações	7.1 e 13.1	-	-	-	-	1.157	299.001						
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	442.038	71.002	12.282	1.303.680	112.068	12.592						
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	-	139.916	31.067	-	431.564	34.282						
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	-	(19)	(136)	-	(19)	(136)						
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	6	34.707	1.630.066	175.709	92.019	1.630.066						
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	709.433	31.766	33.651	709.433	31.766	33.653						
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	30.961	632.025	509.127						
Outros	-	-	-	-	-	-	8.443						
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>		41.095.547	65.066.933	57.669.746	76.896.998	72.264.157	70.959.597						
Créditos vinculados		47	33	35	47	33	35						
Repasse interfinanceiros	8	41.146.800	65.171.799	57.768.886	77.068.290	72.547.953	71.233.358						
Recursos livres		33.032.079	57.956.085	51.470.050	68.953.568	65.332.239	64.934.522						
Recursos PIS/PASEP		8.114.721	7.215.714	6.298.836	8.114.722	7.215.714	6.298.836						
Provisão para risco de crédito	8	(51.300)	(104.899)	(99.175)	(171.339)	(283.829)	(273.796)						
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	8	48.597.710	36.034.383	36.514.994	50.401.768	37.164.287	37.724.647						
Operações de crédito		48.969.019	36.297.319	36.780.651	50.781.132	37.431.734	38.000.369						
Recursos livres		46.913.566	34.375.411	34.904.613	48.725.679	35.509.826	36.124.331						
Recursos PIS/PASEP		233.134	279.992	290.907	233.134	279.992	290.907						
Recursos Fundo da Marinha Mercante		1.822.319	1.641.916	1.585.131	1.822.319	1.641.916	1.585.131						
Provisão para risco de crédito		(371.309)	(262.936)	(265.657)	(379.364)	(267.447)	(275.722)						
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		1.536.679	1.562.688	3.381.676	1.881.546	3.182.616	3.687.381						
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	216.341	415.759	334.319						
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	(8.658)	(2.492)	(1.959)						
Direitos recebíveis	10	1.601	1.633	1.639	19.607	2.570	3.019						
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(72)	(97)	(107)	(18.027)	(354)	(338)						
Créditos tributários	21.2	166.939	586.644	394.277	905.184	933.202	690.482						
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	21.1	771	10.350	27.552	26.370	394.924	116.999						
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		993.675	-	724.103	252.740	368.017	277.641						
Devedores por depósito em garantia		77.672	89.293	136.897	89.295	100.583	152.394						
Pagamentos a ressarcir		53.313	47.314	73.321	13.411	12.736	13.846						
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	-	342.907	1.543.394	-	342.907	1.543.394						
Diversos		242.780	484.644	480.600	385.283	614.764	557.584						
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	11	1.807.045	1.273.210	1.303.311	1.808.045	1.274.214	1.305.740						
Outros valores e bens		2.501	11.041	12.206	3.499	12.040	13.205						
Despesas antecipadas		1.804.544	1.262.169	1.291.105	1.804.546	1.262.174	1.292.535						
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		746.484.746	656.851.174	636.703.932	709.144.320	656.645.145	634.993.162						
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		667.222.495	571.206.941	550.179.791	693.050.245	640.491.046	618.899.878						
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	56.349.962	59.312.422	60.711.282	107.519.777	123.652.586	127.998.998						
Títulos públicos	7.1	37.275.846	38.340.906	40.089.367	37.275.846	38.340.906	40.096.863						
Ações	7.1 e 13.1	13.148.613	15.457.542	15.364.940	50.454.407	66.012.848	69.531.321						
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	3.043.209	2.754.919	2.326.529	10.364.785	10.347.387	10.218.270						
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.772.931	2.611.859	2.904.832	6.745.614	5.648.202	5.719.238						
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(14.456)	(7.729)	(8.289)	(126.135)	(108.179)	(68.686)						
Títulos de renda fixa no exterior	7.1	123.819	54.908	-	123.819	221.189	-						
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	-	100.017	33.903	-	100.017	33.903						
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	790.830	974.754	446.955						
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	-	1.890.611	2.115.462	2.021.134						
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	8	282.899.686	236.855.670	228.008.927	225.433.292	217.505.425	208.220.411						
Repasse interfinanceiros		283.252.830	237.237.520	228.401.034	226.085.184	218.352.095	209.060.526						
Recursos livres		258.170.659	211.589.877	201.979.339	201.003.013	192.704.452	182.638.831						
Recursos PIS/PASEP		25.082.171	25.647.643	26.421.695	25.082.171	25.647.643	26.421.695						
Provisão para risco de crédito		(353.144)	(381.850)	(392.107)	(651.892)	(846.670)	(840.115)						
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	8	305.657.099	255.066.537	242.089.660	314.892.523	261.329.379	248.337.879						
Operações de crédito		307.992.460	256.927.708	243.850.934	317.269.118	263.215.551	250.151.140						
Recursos livres		291.916.098	245.357.586	231.655.425	301.192.756	251.645.429	237.955.631						
Recursos PIS/PASEP		224.707	456.137	598.231	224.707	456.137	598.231						
Recursos Fundo Marinha Mercante		15.851.655	11.113.985	11.597.278	15.851.655	11.113.985	11.597.278						
Provisão para risco de crédito		(2.335.361)	(1.861.171)	(1.761.274)	(2.376.595)	(1.886.172)	(1.813.261)						
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		22.315.748	19.972.312	19.369.922	45.204.653	38.003.656	34.342.590						
Créditos tributários	21.2	6.486.417	5.425.515	6.130.433	9.056.662	8.248.406	8.949.618						
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	448.561	426.371	486.488						
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	(17.952)	(2.555)	(2.851)						
Direitos recebíveis	10	10.296	11.837	12.626	77.303	11.987	13.714						
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(464)	(701)	(822)	(67.278)	(741)	(1.004)						
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.2	8.130.622	7.485.881	6.472.410	27.226.653	21.598.267	17.482.277						
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	7.499.530	6.856.743	6.566.773	7.499.530	6.856.743	6.566.773						
Incentivos fiscais		189.347	193.037	188.502	430.880	437.120	429.616						
Devedores por depósitos em garantia		-	-	-	550.294	428.058	417.959						
<b>INVESTIMENTOS</b>	13	79.149.343	85.517.673	86.395.249	15.979.500	16.025.199	15.961.785						
Participações em controladas e coligadas	13.2	79.007.197	85.375.526	86.253.103	15.837.353	15.883.052	15.819.638						
Participações em outras empresas	13.2.3	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000						
Outros investimentos	13.2.4	42.146	42.147	42.146	42.147	42.147	42.147						
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		87.208	93.954	96.484	88.875	96.294	99.091						
<b>INTANGÍVEL</b>		25.700	32.606	32.408	25.700	32.606	32.408						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		909.428.077	803.213.959	762.953.109	911.452.831	814.363.953	782.044.468						
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		43.423.809	21.012.445	43.840.877	41.669.855	24.395.455	48.164.580						
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>	17.2	1.920.939	1.996.728	2.215.353	1.920.939	1.996.728	2.215.353						
Depósitos especiais - FAT		1.920.614</											

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>42.490.378</b>	<b>17.207.032</b>	<b>45.508.850</b>	<b>19.336.740</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
· Moeda nacional		18.437.318	14.574.109	16.127.820	13.010.986
· Moeda estrangeira		15.994.826	(2.342.883)	16.311.306	(2.338.057)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		6.057.196	3.669.026	6.841.946	4.254.598
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.577.108	1.009.750	5.803.848	4.112.183
Rendas com administração de fundos e programas		423.930	297.030	423.930	297.030
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(35.180.397)</b>	<b>(12.195.645)</b>	<b>(36.218.542)</b>	<b>(13.338.794)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
· Moeda nacional		(19.896.840)	(15.192.933)	(20.840.652)	(16.294.861)
· Moeda estrangeira		(14.795.430)	2.795.815	(14.744.295)	2.803.300
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	(383.773)	7.313	(383.773)	4.422
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(1.392)	(6.286)	(16.026)	(41.279)
Resultado de provisão para risco de crédito	28	(362.382)	133.491	(480.097)	120.760
· Reversão (constituição) de provisão		(541.606)	(127.192)	(661.416)	(156.027)
· Recuperação de créditos baixados		179.224	260.685	181.319	276.787
Resultado da carteira de câmbio		259.420	66.955	246.301	68.864
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>7.309.981</b>	<b>5.011.387</b>	<b>9.290.308</b>	<b>5.997.946</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(1.082.880)</b>	<b>1.999.250</b>	<b>(1.522.873)</b>	<b>2.060.971</b>
Resultado com equivalência patrimonial		73.159	2.476.693	217.669	342.132
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	13	372.943	298.912	317.652	289.539
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	(1.155.318)	(336.075)
Receita de dividendos		-	116	163.722	370.143
Receita de juros sobre o capital próprio		1.789	598.925	174.031	2.263.680
Resultado com alienações de títulos de renda variável		24	-	973.981	289.428
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	(259.194)	656.554
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	(46.845)	116.783
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	37.391	196
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(3.731)	(75.189)	(24.489)	(84.264)
Despesas tributárias		(415.620)	(300.922)	(526.383)	(504.281)
Despesas com pessoal		(489.431)	(443.104)	(751.819)	(681.038)
Despesas administrativas		(170.611)	(161.118)	(242.314)	(230.210)
Outras receitas operacionais		14.584	(16.687)	121.402	(15.404)
Outras despesas operacionais		(465.986)	(378.376)	(522.359)	(416.212)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>6.227.101</b>	<b>7.010.637</b>	<b>7.767.435</b>	<b>8.058.917</b>
Imposto de renda	21	(1.549.887)	(921.378)	(2.211.956)	(1.546.758)
Contribuição social	21	(964.647)	(574.139)	(1.275.215)	(830.147)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	21	(197.999)	(43.635)	(765.696)	(210.527)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		<b>3.514.568</b>	<b>5.471.485</b>	<b>3.514.568</b>	<b>5.471.485</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)</b>		<b>0,560206</b>	<b>0,872129</b>		

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015**  
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos Próprios	De coligadas e controladas		
Em 31 de dezembro de 2014	36.340.506	35.538.976	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	66.276.468
Ajustes (Nota 4.16)	-	(35.538.976)	-	-	-	-	-	-	-	(35.538.976)
Em 1º de janeiro de 2015	36.340.506	-	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(9.597.053)	(1.531.560)	-	30.737.492
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.011.658	1.764.888	-	3.776.546
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	3.514.568	3.514.568
Em 30 de junho de 2015	36.340.506	-	2.539.887	201.355	1.224.604	1.559.753	(7.585.395)	233.328	3.514.568	38.028.606
Mutações no semestre	-	-	-	-	-	-	2.011.658	1.764.888	3.514.568	7.291.114

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos Próprios	De coligadas e controladas		
Em 31 de dezembro de 2013	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Ajustes (Nota 4.16)	-	(15.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	(15.000.000)
Em 1º de janeiro de 2014	36.340.506	-	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	45.626.150
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(285.198)	(2.467.201)	-	(2.752.399)
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26)	-	-	-	-	-	(2.677.305)	-	-	2.677.305	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26)	-	-	-	-	(1.144.426)	-	-	-	1.144.426	-
Dividendos complementares - 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.821.731)	(3.821.731)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	5.471.485	5.471.485
Destinação do resultado (Nota 26):										
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(931.514)	(931.514)
Em 30 de junho de 2014	36.340.506	-	2.110.201	201.355	-	-	(7.079.165)	7.479.123	4.539.971	43.591.991
Mutações no semestre	-	-	-	-	(1.144.426)	(2.677.305)	(285.198)	(2.467.201)	4.539.971	(2.034.159)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

	BNDES		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	6.227.101	7.010.637	7.767.435	8.058.917
Ajustes que não afetam as disponibilidades	932.034	(2.186.240)	2.289.561	(247.795)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito e recuperação de créditos baixados	362.382	(133.491)	480.097	(120.760)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	3.731	75.189	24.489	84.264
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	1.155.318	336.075
Resultado de participações em coligadas e controladas	(73.159)	(2.476.693)	(217.669)	(342.132)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	259.194	(656.554)
Depreciação	10.910	12.668	17.018	(1.674)
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	628.170	336.087	571.114	433.300
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(13.434.615)</b>	<b>(26.459.395)</b>	<b>(16.074.683)</b>	<b>(23.603.874)</b>
· (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	(21.023.837)	(28.606.041)	(16.859.061)	(22.921.040)
· (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(5.881.661)	(17.062.617)	(6.049.489)	(13.617.338)
· (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	273.850	1.797.145	(1.074.059)	(3.562.181)
· Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	27.497.474	41.148.683	25.565.861	40.498.146
· Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital	-	860.982	-	860.982
· Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(8.576.606)	(16.262.113)	(11.862.516)	(16.262.113)
· Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	423.811	(2.604.889)	(178.211)	(2.794.074)
· Juros pagos de empréstimos e repasses	(5.106.342)	(3.902.055)	(3.443.589)	(3.447.266)
· IR e CSSL pagos	(1.041.304)	(1.828.490)	(2.173.619)	(2.358.990)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(6.275.480)</b>	<b>(21.634.998)</b>	<b>(6.017.687)</b>	<b>(15.792.752)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
· Aumento de capital BNDES PLC	-	(169.773)	-	-
· Adições ao imobilizado	(5.803)	(7.628)	(5.803)	(7.558)
· Adições ao intangível	-	(9.530)	-	(9.530)
· Baixas do imobilizado	157	-	614	-
· Compra de investimentos	-	-	(168.637)	(451.585)
· Venda de investimentos	-	-	791.396	449.564
· Recebimento de dividendos de coligadas	-	-	269.492	164.382
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(5.646)</b>	<b>(186.930)</b>	<b>887.062</b>	<b>145.273</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
· Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	12.009.945	17.780.081	12.009.945	17.780.081
· Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(931.514)	-	(931.514)
· Pagamento de dividendos	-	(1.898.168)	-	(1.898.168)
· Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	2.749.852	-	2.749.852	-
· Captações por emissão de debêntures	-	4.924.477	-	-
· Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	(398.550)	(7.732)	(1.408.629)	(7.732)
· Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(430.195)	-	-	(2.735.667)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>14.361.247</b>	<b>19.436.949</b>	<b>13.351.168</b>	<b>12.207.000</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.080.121</b>	<b>(2.384.980)</b>	<b>8.220.543</b>	<b>(3.440.479)</b>
Modificação na posição financeira				
<b>Início do semestre</b>	<b>7.695.471</b>	<b>4.814.934</b>	<b>7.878.953</b>	<b>6.229.690</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	7.695.471	4.814.934	7.878.953	6.229.690
<b>Final do semestre</b>	<b>15.775.592</b>	<b>2.429.954</b>	<b>16.099.496</b>	<b>2.789.211</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	15.775.592	2.429.954	16.099.496	2.789.211
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.080.121</b>	<b>(2.384.980)</b>	<b>8.220.543</b>	<b>(3.440.479)</b>

(1) Inclui Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez e Cotas de fundos de investimentos do Banco do Brasil e CEF

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014  
(Em milhares de reais)**

	BNDES		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>RECEITAS</b>				
Intermediação financeira	42.515.568	17.622.749	46.379.234	20.829.069
Outras receitas	42.490.378	17.207.033	45.508.850	19.336.740
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	387.562	282.225	1.350.481	1.371.569
	(362.382)	133.491	(480.097)	120.760
	<b>(35.287.742)</b>	<b>(12.782.701)</b>	<b>(36.528.777)</b>	<b>(14.114.892)</b>
<b>DESPESAS</b>				
Intermediação financeira	(34.818.015)	(12.329.136)	(35.738.448)	(13.459.554)
Outras despesas	(469.727)	(453.565)	(790.329)	(655.338)
	<b>(131.947)</b>	<b>(115.650)</b>	<b>(1.301.954)</b>	<b>(377.156)</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Materiais, energia e outros	(25.358)	(24.291)	(33.113)	(32.327)
Serviços de terceiros	(106.589)	(91.359)	(150.914)	(129.144)
Perda de valores ativos	-	-	(1.117.927)	(215.685)
	<b>7.095.869</b>	<b>4.724.398</b>	<b>8.548.503</b>	<b>6.337.021</b>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação	(10.910)	(12.668)	(17.018)	(19.686)
	<b>(10.910)</b>	<b>(12.668)</b>	<b>(17.018)</b>	<b>(19.686)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>7.084.959</b>	<b>4.711.730</b>	<b>8.531.485</b>	<b>6.317.335</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	74.948	3.075.734	555.422	2.975.955
Dividendos e juros sobre capital próprio	73.159	2.476.693	217.669	342.132
	1.789	599.041	337.753	2.633.823
	<b>7.159.907</b>	<b>7.787.464</b>	<b>9.086.907</b>	<b>9.293.290</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Pessoal e encargos	7.159.907	7.787.464	9.086.907	9.293.290
- Remuneração direta	430.948	390.300	659.914	597.970
- Benefícios	296.679	269.419	453.562	412.607
- FGTS	112.383	99.783	172.681	152.904
- Outros	21.718	20.973	33.412	32.266
Impostos, taxas e contribuições	168	125	259	193
- Federais	3.191.242	1.897.024	4.876.310	3.179.326
- Estaduais	3.178.142	1.887.925	4.859.898	3.167.148
- Municipais	18	-	28	-
Aluguéis	13.082	9.099	16.384	12.178
Lucros retidos	23.149	28.655	36.115	44.509
	3.514.568	5.471.485	3.514.568	5.471.485

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Ivan João Guimarães Ramalho – Presidente  
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente  
Joaquim Vieira Ferreira Levy  
Vagner Freitas de Moraes  
José Constantino de Bastos Junior  
José Eduardo Martins Cardozo  
José Aldo Rebelo Figueiredo  
Nelson Henrique Barbosa Filho  
William George Lopes Saab  
Mauro Luiz Lecker Vieira

**CONSELHO FISCAL:**

Marco Antônio de Oliveira  
Jaime Silva Herzog  
Paulo Fontoura Valle  
Hailton Madureira de Almeida – Suplente  
**COMITÊ DE AUDITORIA:**  
João Paulo dos Reis Velloso  
Attilio Guaspari  
Paulo Roberto Vales de Souza

**DIRETORIA:**

Luciano Galvão Coutinho – Presidente  
Wagner Bittencourt de Oliveira – Vice-Presidente  
Roberto Zurli Machado  
Maurício Borges Lemos  
Julio César Maciel Ramundo  
José Henrique Paim Fernandes  
Fernando Marques dos Santos  
João Carlos Ferraz

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:**

Selmo Aronovich

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:**

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 26, a Administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2015, um ajuste negativo no montante de R\$ 714.627 mil, líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Consequentemente, o lucro líquido consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2015 está aumentado em R\$ 714.627 mil, líquido dos efeitos tributários.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 30 de junho de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase**

**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa 4.16, a Administração do Banco efetuou a reclassificação dos instrumentos híbridos de capital, de patrimônio líquido para passivo, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, conforme reavaliação do conteúdo e exigências da Resolução CMN nº 4.192/13 e do ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015. Os valores correspondentes referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2014 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013) e em 30 de junho de 2014 e à demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao semestre findo em 30 de junho de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles períodos, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6

Lino Martins da Silva Junior  
Contador CRC RJ 083314/O-7



**PARECER N.º 05/ 2015 – CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2015 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 10/8/15, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 30/6/15, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao semestre encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de agosto de 2015

Jaime Silva Herzog

Paulo Fontoura Valle

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**1- INTRODUÇÃO**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

**2- ATIVIDADES**

Durante o primeiro semestre de 2015, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco; desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento da evolução do Patrimônio Líquido e da política de remuneração ao acionista;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura e gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;

- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPar e a Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2014, como quando da análise das demonstrações do primeiro trimestre e do primeiro semestre de 2015.

Desde 2010, a BNDESPar apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No primeiro semestre de 2015, esta carteira teve uma valorização de R\$ 5,4 bilhões, acompanhando as cotações da Bolsa de Valores, contribuindo para um aumento de R\$ 3,2 bilhões no Patrimônio Líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial".

O parecer da KPMG, relativo ao primeiro semestre de 2015, foi emitido com ressalva, decorrente do disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.175/12. A Resolução excepcionaliza o tratamento contábil relativo ao ajuste a valor de mercado, das ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União, para aumento de capital, e classificadas na categoria "Disponível para Venda".

Segundo referida Resolução, aquele ajuste deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo Resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência desses títulos.

Por outro lado, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que têm por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no Resultado do período em que ocorrerem.

Nas demonstrações de 30 de junho de 2015 foi registrado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, um ajuste negativo no montante de R\$ 0,71 bilhão, líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, caso a referida Resolução não fosse aplicada, o valor de que se trata transitaria pelas contas de Resultado, e o Lucro Líquido estaria reduzido em R\$ 0,71 bilhão.

No primeiro semestre de 2015 destacam-se os seguintes aspectos:

- a) Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 911,4 bilhões, composto por R\$ 667,6 bilhões (73,2%) em Operações de Créditos e Repasses, R\$ 162,7 bilhões (17,9%) em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 81,1 bilhões (8,9%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 38,0 bilhões, corresponde a 4,2% do Ativo Total. O Resultado Líquido do primeiro semestre foi de R\$ 3,5 bilhões, o que equivale a um retorno de 0,21 % do Ativo Total Médio e a 4,55 % do Patrimônio Líquido Médio;
- b) Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, foram reclassificados, apenas para efeito de apresentação, para um item do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015.  
Dessa forma, tornou-se necessário alterar as demonstrações financeiras de períodos anteriores para fins de comparação com os exercícios atuais. No semestre findo em 30 de junho de 2014, o Patrimônio Líquido - PL correspondia, originalmente a R\$ 74,1 bilhões. Na versão modificada, para fins de comparabilidade, o PL passa a ser de R\$ 43,6 bilhões, e a diferença, no valor de R\$ 30,5 bilhões, correspondente aos "Instrumentos de Dívida Elegíveis ao Capital Principal", foi incorporada ao Passivo, que, no consolidado do Sistema, passou de R\$ 740,3 bilhões para R\$ 770,8 bilhões.
- c) Registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 0,8 bilhão líquido dos efeitos tributários).
- d) Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R\$ 0,3 bilhão.
- e) Resultado com alienação de investimentos no valor de R\$ 1,0 bilhão, com destaque para JBS, Klabin e Suzano, que contribuíram com 94,2 % desse resultado.
- f) Recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões pelo BNDES e R\$ 2,7 bilhões pela Finame;

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,9% no Sistema Financeiro Nacional - SFN. Importa ressaltar que, no primeiro semestre de 2015, houve um registro de despesa com provisão no valor de R\$ 401 milhões pulverizado em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira. O BNDES é conservador no seu processo de classificação de risco. De fato, observe-se que, em 30/06/2015, a provisão para risco de crédito representava 11,7 vezes o total dos créditos inadimplentes, contra uma média de 1,7 do SFN.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basiléia de 17,0% (contra 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 4,5 % quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 23,0 % (26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 9,7% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2015.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

**Atilio Guaspari**  
Membro

**Paulo Roberto Vales de Souza**  
Membro